|  |
| --- |
| INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO  As informações a seguir têm o objetivo de orientar a elaboração do “Parecer órgão jurídico para operação de crédito”.  O parecer deverá apresentar a estrutura mínima a seguir, de forma a atender a todos os aspectos relacionados na legislação, objetivando conferir o devido amparo ao processo de avaliação do Ministério da Fazenda, bem como segurança e celeridade das análises.  Sugere-se a inclusão das sentenças indicadas em cada item da estrutura do parecer, de forma que não surjam dúvidas quanto à abrangência ou conteúdo da opinião jurídica, circunstância que poderia acarretar análises adicionais ou pedidos de informações complementares, que significam necessariamente atrasos no andamento do processo e ineficiência para o conjunto das operações em análise.  Após o preenchimento, o documento deve ser salvo no formato PDF e assinado eletronicamente. Não serão aceitas digitalizações do documento |

**EXCLUIR ESSE QUADRO DE ORIENTAÇÕES PARA ENVIO AO BADESC, APÓS O PREENCHIMENTO DO DOCUMENTO.**

Parecer do órgão jurídico para operação de crédito do *[nome do ente federativo - UF]*

Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, e no inciso I do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, no âmbito do Pedido de Verificação de Limites e Condições (PVL) para contratar operação de crédito entre *[nome do ente federativo - UF]* e Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC, no valor de R$ *[valor]* (*[valor por extenso]*), destinada *[ao/à] [destinação da operação de crédito conforme a lei autorizadora]*, declaro que este ente federativo atende às seguintes condições:

1. existência de prévia e expressa autorização para a contratação da operação em análise, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica: Lei *Municipal nº XXX, de DD de MM de AAAA.*
2. inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação de crédito mencionada;
3. atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição, nos termos dos §§ 1º, inciso V, e 3º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000; e
4. observância das demais disposições estabelecidas na Lei Complementar nº 101, de 2000, e nas Resoluções nº 40 e nº 43, ambas de 2001, do Senado Federal.

Conclusão

Entendo que este Parecer atesta o cumprimento do disposto no inciso I do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, e do § 1º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, demonstrando o cumprimento dos limites e condições estabelecidos na legislação vigente, em especial na Lei Complementar nº 101, de 2000, e nas Resoluções nº 40 e nº 43, ambas de 2001, do Senado Federal.

*Local*, *DD* de *MM* de *AAAA*.

*[Assinatura do(a) representante do órgão jurídico]*

*[Nome do(a) representante do órgão jurídico]*

*Cargo do(a) representante do órgão jurídico*

*OAB n º:* [*[preencher n*º *OAB aqui]*](.)

*[Assinatura do(a) Prefeito(a)]*

*[Nome do(a) Prefeito(a)]*

*Prefeito(a)*